



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Formas de vida como formas de cidade: estratos de uma história¹

Tania Knapp da Silva

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

Sessão Temática 06: Cidade, história e identidade cultural

Resumo. Apesar de suas diferentes origens socioculturais, como os Guarani, os descendentes de alemães e japoneses e os migrantes internos, parcela da população de Parelheiros tem como característica comum um modo de vida não urbano. Ali, portanto, diversas configurações de rural coexistiram. Contrapondo-se às pressões urbanas sobre a área, preponderam usos e atividades reconhecidas como rurais. A última revisão do plano diretor estratégico de São Paulo de 2014 restituiu áreas rurais no município, extintas doze anos antes. O “retorno” do rural abala a noção do urbano como única forma de progresso: uma cidade pode prescindir de todas as formas de vida rurais? Ao reconstruir o processo histórico da conformação de Parelheiros como espaço rural no contexto contraditório do processo de urbanização da cidade de São Paulo, observam-se que estes grupos não só se opõem ao modo de vida urbano, mas também apontam para possibilidades de outras formas de cidade mais sustentáveis e ecológicas. A reconstrução objetiva contribuir para a reflexão sobre a importância do rural. Sobretudo, a análise dos conflitos, continuidades e mudanças nessas formas de vida rurais enseja uma nova perspectiva sobre a história da cidade desde o campo e aponta novos elementos dessa relação.

Palavras-chave: existências rurais; formas de vida; história da cidade; Parelheiros.

Forms of life as city's forms: strata of a history

Abstract. Despite their different sociocultural origins, such as the Guarani, the German and Japanese descendants, and the internal migrants, part of the population of Parelheiros has as a common characteristic a non-urban way of life. There, therefore, several configurations of rural coexisted. In opposition to the urban pressures on the area, uses and activities recognized as rural prevail. The last revision of São Paulo's 2014 strategic master plan restored rural areas in the municipality, extinct twelve years earlier. The "return" of the rural shakes the notion of the urban as the only form of progress: can a city do without all rural forms of life? By reconstructing the historical process of the conformation of Parelheiros as a rural space in the contradictory context of the urbanization process of the city of São Paulo, we observe that these groups not only oppose the urban way of life but also point to possibilities of other forms of a more sustainable and ecological city. The reconstruction aims to contribute to the reflection on the importance of the rural. Above all, the analysis of conflicts, continuities, and changes in these rural ways of life provides a new perspective on the history of the city from the countryside and points to new elements of this relationship.

Keywords: rural existences; forms of life; urban history; Parelheiros.

¹ Esta pesquisa faz parte do projeto INSUAH de Cooperação Internacional. A autora é bolsista FUSP (projeto 3839) através do financiamento da Fundação Volkswagen da Alemanha.

Formas de vida como formas de cidade: estratos de uma

Resumen. *A pesar de sus diferentes orígenes socioculturales, como los Guaraní, los descendientes de alemanes y japoneses y los emigrantes internos, parte de la población de Parelheiros tiene como característica común un modo de vida no urbano. Allí coexistieron, por tanto, varias configuraciones de lo rural. Frente a las presiones urbanas sobre la zona, prevalecen los usos y actividades reconocidos como rurales. La última revisión del plan director estratégico de São Paulo, de 2014, recuperó las zonas rurales del municipio, extinguidas doce años antes. El "retorno" de lo rural hace tambalear la noción de lo urbano como única forma de progreso: ¿puede una ciudad prescindir de todas las formas de vida rural? Al reconstruir el proceso histórico de la conformación de Parelheiros como espacio rural en el contexto contradictorio del proceso de urbanización de la ciudad de São Paulo, se observa que estos grupos no sólo se oponen al modo de vida urbano, sino que también apuntan a las posibilidades de otras formas de ciudad más sostenible y ecológica. La reconstrucción pretende contribuir a la reflexión sobre la importancia de lo rural. Sobre todo, el análisis de los conflictos, continuidades y cambios de estos modos de vida rurales aporta una nueva perspectiva de la historia de la ciudad desde el campo y señala nuevos elementos de esta relación.*

Palabras clave: existencias rurales; formas de vida; historia de la ciudad; Parelheiros.

1. Introdução – problema de pesquisa, metodologia e definições teóricas

Embora a população de Parelheiros (distrito de São Paulo, capital) tenha diferentes origens socioculturais, como os Guarani, os descendentes de alemães e japoneses e os migrantes internos, todos estes têm como característica comum um modo de vida não urbano. Ali, portanto, diversas configurações de rural coexistiram. Apesar das pressões urbanas sobre a área, preponderam usos e atividades reconhecidas como rurais. A última revisão do plano diretor estratégico de São Paulo de 2014 restituiu áreas rurais no município, extintas doze anos antes. O “retorno” do rural abala a noção do urbano como única forma de progresso: uma cidade pode prescindir de todas as formas de vida rurais? O artigo visa apresentar alguns achados parciais da pesquisa em andamento.

A pesquisa objetiva reconstruir o processo histórico da conformação de Parelheiros como espaço rural no contexto contraditório do processo de urbanização da cidade de São Paulo. Observa-se que estes grupos não só se opõem ao modo de vida urbano, como também indicam possibilidades de outras formas de cidade, que convencionamos entender como sustentáveis e ecológicas. A reconstrução objetiva contribuir para a reflexão sobre a importância do rural. Sobretudo, a análise dos conflitos, continuidades e mudanças nessas formas de vida rurais enseja uma nova perspectiva sobre a história da cidade desde o campo e aponta novos elementos dessa relação. Supõe-se que cada grupo em seu regime histórico específico resistiu ao urbano, mantendo tensões e disputas na constituição das cidades. Portanto, a história da ocupação e uso do campo interessa à história da cidade.

Para tanto, a noção de estratos do tempo de Reinhart Koselleck permite identificar nas distintas ocupações de Parelheiros, ainda presentificadas, os “vestígios da experiência” e diferenciá-los nos estratos temporais de singularidade, repetição e concepções de mundo “transcendentes”. Conforme o autor, a singularidade refere-se à irreversibilidade dos eventos, assim, as mudanças, as crises e os progressos são possíveis pelo transcorrer do tempo como uma “sucessão de singularidades”. No entanto, as singularidades se viabilizam por uma estrutura de repetição: a articulação do ordinário e recorrente permite que o singular e o extraordinário aconteçam. Encadeando as estruturas de repetição e as singularidades na longa duração, Koselleck sublinha aqueles tempos históricos que ultrapassam a vida individual e geracional, portanto, tempos transcendentes, esses seriam a recorrência cultural, integrante de uma concepção de mundo. Este último estrato modifica-se muito lentamente, como paralelo linguístico ele seria a gramática. As estruturas de repetição possuem uma velocidade de mudança de médio prazo e se aproximam

linguisticamente da semântica, já as singularidades são repentinas e circunstanciais e são comparáveis ao ato da fala (KOSELLECK, 2014).

Para pesquisar a constituição do espaço rural, entendido o rural como "categoria[s] simbólica[s] construída[s] a partir de representações sociais" (CARNEIRO, 1998, p. 53) no campo da história da cidade, propomos investigar as formas de vida não urbanas historicamente presentes em Parelheiros. Pressupõe-se que o urbano como resposta única ao desenvolvimento das cidades foi insuficiente para atender formas de vida que se realizam e se reproduzem nos espaços não urbanos. O caso de Parelheiros é particularmente interessante, tanto por sua relação com São Paulo, a maior metrópole do país, quanto por congregar na área, e ao longo do tempo, uma diversidade de grupos sociais não urbanos.

Para isso, discutimos brevemente sobre o termo rural, apresentamos a formulação de formas de vida e confrontamos o paradigma linear da história da cidade que privilegia processos hegemônicos, como a urbanização. Em seguida apresentamos a história da ocupação rural de Parelheiros a partir da revisão bibliográfica, privilegiando os atores de maior interesse da pesquisa – os Guarani Mbya, e os colonos alemães e japoneses. Por fim, discutimos uma narrativa mais detida da pesquisa em curso, com a qual pretendemos submeter às questões principais, ao mesmo tempo organizar os estratos do tempo da história e encadear suas perspectivas internas com as sucessivas e concomitantes configurações do espaço rural.

1.1 Rural – abordagens, sentidos e representações

O termo rural guarda duas noções gerais inter-relacionadas, a primeira refere-se a uma essência geográfica e a segunda é complementar a esta e instaura-se no grau de isolamento e distância. Dessas noções derivam as definições dicotômicas que atribuem ao campo características rurais, agrárias, tradicionais, conservadoras, estáticas, primitivas, atrasadas, etc.; oposto à cidade como representação do moderno, da indústria, do urbano, da inovação, do dinamismo, etc.. Tal perspectiva binária não se sustenta mais. Ao menos desde os anos 1980 e 1990 discute-se o rural como um espaço crescentemente diferenciado, configurando a “nova ruralidade”, na qual tornaram-se temas de pesquisa a pluriatividade, o turismo rural, a atração de populações urbanas para o campo como espaço de lazer ou para fixar residência (KAGEYAMA, 2008).

Ao rural atribui-se características valorizadas por camadas sociais urbanas como lazer e contato com o meio natural, o que a um só tempo cria uma representação de espaço do rural concorrente com outras representações da população que o vive, e o “desespacializa” enquanto categoria (PIRES, 2004 apud KAGEYAMA, 2008, p. 25).

As dicotomias são rejeitadas por Maria José Carneiro, pois a definição da ruralidade não é “uma realidade empiricamente observável, mas uma representação social definida culturalmente por atores sociais” (CARNEIRO, 1997 apud KAGEYAMA, 2008, p. 26). A crítica desenvolvida por Elena Saraceno refuta a definição de rural como espaço residual do urbano. Seus argumentos principais são: (i) os pressupostos implicam em estase, o rural não pode crescer ou se desenvolver sem deixar de sê-lo; (ii) não tem precisão histórica, a coincidência do espaço (rural) e setor de atividade (agricultura) foi mais exceção do que regra e ocorreu em momentos de transição com elevado êxodo rural deixando no campo apenas agricultores (KAGEYAMA, 2008). O problema da definição do espaço rural refere-se ao caráter relativo deste com o espaço urbano, seja por oposição, complemento ou resíduo.

Mais do que isso, os elementos que definem o rural são indicadores de “desenvolvimento” (especificamente, de “menor” desenvolvimento) e, portanto, relativos também no tempo. Está-se tentando definir, por conseguinte, um objeto cambiante no espaço — porque o avanço da urbanização redefine seus limites — e no tempo — porque os elementos que o caracterizam estão em permanente processo de mudança (KAGEYAMA, 2008, p. 37)

Em suma, o espaço rural e as representações de ruralidade se configuram de modo diferencial, no espaço e no tempo e podem inclusive ocorrer diversas configurações de rural

concomitantemente. Trata-se menos das relações econômicas e de produção agrícola do que as representações simbólicas, os conflitos de interesse entre os diferentes grupos e entre esses e a cidade, as razões e estímulos para uso e cultivo, as dificuldades de acesso à terra, suas disputas e permanências.

1.2 Formas de vida – definição e critérios para uma crítica imanente

O termo “forma de vida” aqui empregado refere-se àquele desenvolvido pela filósofa Rahel Jaeggi, que imputa a ele uma “ordem de coexistência humana culturalmente informada que engloba um conjunto de práticas e orientações, bem como suas manifestações e materializações institucionais” (JAEGGI, 2015, p. 16), por conseguinte, segundo a filósofa, a diferenciação das formas de vida se manifesta tanto pelas diferentes crenças, valores e atitudes, como também se explicita e se materializa na moda, na arquitetura, nos sistemas legais e na organização familiar.

Para o caso de Parelheiros pode-se distinguir ao menos duas escalas de diferenciação de formas de vida, a saber, uma escala metropolitana de diferenciação entre centro e periferia, rural e urbano e outra na escala de diferenciação do território local entre as expressões, manifestações e representações dos grupos que constituem, vivem e produzem o espaço. Trataremos nesse artigo da segunda escala, especialmente pelos resultados parciais da pesquisa de campo em curso. Dela abrem-se perspectivas da visão do rural sobre o urbano. Assume-se que a partir da investigação das formas de vida rurais em Parelheiros evidenciam-se aspectos da relação entre cidade e campo, entre o rural e o urbano ainda pouco explorados na história da cidade.

Para Jaeggi não há uma forma de vida modelo, todas elas concorrem em resolver os problemas da espécie, assim, enquanto humanos, para resolver problemas criamos novos. Nesse sentido, a crítica imanente de formas de vida surge quando as crises e os conflitos aparecem, quando as formas de vida deixam de satisfazer a solução dos problemas compreendidos e interpretados como tais em seus próprios termos (JAEGGI, 2015).

O exame das formas de vida rurais de Parelheiros pretende revelar e problematizar as relações entre elas e as disputas simbólicas e de sentido das ruralidades que ali se justapõem. Não se trata, portanto, em assumir o espaço como harmônico e idílico, de romantizar a vida cotidiana desses grupos. O recorte da crítica imanente pretendida, privilegiando os elementos não-urbanos – ou ainda, representações dissociadas do urbano –, permite relacionar dialeticamente as formas de vidas, guardando suas peculiaridades. Assim, a crítica imanente das formas de vida lança luz sobre as contradições contemporâneas, historicamente constituídas, entre as populações urbanas centrais e periféricas, bem como os conflitos entre os distintos grupos rurais que historicamente produzem e reproduzem suas vidas em Parelheiros.

1.3 Revolução urbana na esteira da revolução verde – história linear da urbanização

Em 1970, Lefebvre (2002) parte de um horizonte futuro da completa urbanização da sociedade, o qual denomina *sociedade urbana*. Esta sociedade, “constituída por esse processo que domina e absorve a produção agrícola”, se refere àquela surgida da industrialização, no contexto europeu. Em sua hipótese teórica, a urbanização da sociedade apresenta a produção agrícola nos países industriais como sem autonomia, como parte do processo de modernização do campo por imperativos econômicos, resultando na integração do campo à indústria. Esta descrição vincula-se ao contexto da época, em que a denominada revolução verde se consolidava.

A hipótese de Lefebvre (2002, p. 17) corrobora para o entendimento do espaço rural como um resíduo da urbanização: “O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, ‘o tecido urbano’, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado das cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo”. Na visão linear de desenvolvimento do urbano, a cidade aparece, para Lefebvre (2002, p. 20), como a “culminação do processo”, excluindo outras representações e desenvolvimentos possíveis. A cidade é o paradigma para a compreensão das diversas formas de organização da vida social:

cidade política; cidade comercial; cidade industrial. Seu recorte privilegia o olhar sobre a realidade urbana desde sua completa ausência até o cenário hipotético de sua predominância absoluta.

Muitos trabalhos que tratam da história da urbanização no Brasil, e em São Paulo especificamente, reproduzem uma narrativa linear partindo das hegemonias econômicas, do processo de industrialização e da explosão demográfica. As existências rurais, quando aparecem são para serem negadas e apagadas, seja como êxodo rural, seja como expansão da cidade sobre glebas agrícolas. Enquanto os modelos de cidade (e suas narrativas) hegemônicos reproduzirem o caráter dicotômico cidade-campo, parece pertinente evidenciar existências rurais na metrópole ao longo da história.

Nosso esforço trata menos de afastar a compreensão largamente estudada e aceita sobre o processo de urbanização das cidades e seus vínculos com a industrialização, modernização da produção agrícola e êxodo rural, e muito mais um acréscimo de aspectos simultâneos, concorrentes, refratários ou estimuladores da urbanização, os quais precisam ser desnaturalizados do paradigma urbano como objetivo teleológico para serem compreendidos. A hipótese é que o urbano como resposta única ao desenvolvimento das cidades foi insuficiente para atender formas de vida que se realizam e se reproduzem nos espaços não urbanos. Nesse sentido, a ocupação histórica de Parelheiros aponta para resistências rurais ao urbano, pensado como fim e solução unívoca.

2. Estratos da história das formas de vida em Parelheiros

A história recente da região indica a existência de processos históricos distintos e simultâneos: de um lado, os processos de industrialização, urbanização, verticalização, metropolização e periferação de São Paulo descritos em boa parte da historiografia da cidade (DEAN, 1971; MEYER; GROSTEIN; BIDERMAN, 2004; SOMEKH, 2014; TOLEDO, 2004); de outro lado, os processos de permanência, conflito, reprodução, valorização, retomada e resistência de uma região historicamente ocupada por grupos sociais vinculados à terra – povos indígenas e colonos agrícolas imigrantes.

Tais existências rurais apontam para formas de vida reconhecidas de maneira deficitária no meio urbano: Parelheiros foi, em geral, visto apenas como periferia da cidade. Considerando a acepção de Carneiro (2008), que o rural é uma categoria de pensamento que orienta as ações e organiza o seu mundo, do ponto de vista da cidade a região era entendida por suas ausências, de urbanidade, desenvolvimento, etc. Já do ponto de vista interno aos grupos há relatos como lugar de refúgio de grupos perseguidos, como lugar de retomada cultural e territorial, como lugar de afirmação de identidades e de luta por reconhecimento e direitos.¹

As existências rurais orientam ações e formas de vida, que, por sua vez, entram em crise ao se chocar com o desenvolvimento urbano. O rural é, contudo, um espaço rico de autodiferenciação de formas de vida. A região de Parelheiros é paradigmática para compreender esses processos de autodiferenciação: os diversos grupos comunitários – povos originários e imigrantes alemães e japoneses – desenvolveram formas particulares de vida com demandas específicas para a sua reprodução social que apontam para outras formas de organização da cidade.

2.1 Parelheiros – estratos do tempo na ocupação e seus atores

O texto a seguir ainda é uma tentativa de narrar os estratos do tempo de Parelheiros em sua constituição como espaço rural, buscando balizar os períodos históricos bem demarcados, relativos à história do Brasil colônia, Império, etc., sem necessariamente "blocar" a narrativa a partir disso. Ademais, há atores diversos que emergem em um tempo específico, a despeito da probabilidade de continuidades espaço-temporais, a descontinuidade historiográfica das fontes acessadas impõe saltos e interrupções, que quase emulam falhas geológicas. Por esta razão usamos um recurso gráfico (***) para indicar ora a passagem de tempo, ora a mudança do grupo social em evidência.

A região de Parelheiros pertence ao bioma da Mata Atlântica e está situada no planalto, nas proximidades da Serra do Mar, que o separa do litoral. A Mata Atlântica é morada dos povos nativos há pelo menos 11.000 anos. Grupos de caçadores e coletores conviveram com povos que desenvolveram um tipo de agricultura denominada coivara. A partir do ano 1000 o grupo Tupinambá predominou a faixa litorânea e expulsou outras etnias pré-agrícolas para as montanhas (DEAN, 1997). No século XVI, com as invasões portuguesas, a concentração de aldeias tupis não passou despercebida:

Ao chegarem ao Brasil, os invasores europeus logo descobriram que grande parte do litoral bem como as partes do interior às quais se tinha mais acesso encontravam-se ocupadas por sociedades que compartilhavam certas características básicas, comuns à chamada cultura tupi-guarani (MONTEIRO, 1994, p. 19).

O trabalho indígena foi profundamente transformado com as ferramentas de ferro trazidas pelos europeus (DEAN, 1997). A ocupação do planalto era estratégica para os portugueses como acesso à região do Paraguai, local em que se concentravam indígenas Tupi-Guarani. Como grupos que dominavam a agricultura, eles foram a força de trabalho predileta dos colonizadores (MONTEIRO, 1994). A capacidade de estocagem de excedentes de produção agrícola, item fundamental para as viagens no mar e no interior, foi um dos fatores para a aliança entre os Tupinambá e os portugueses e franceses que se instalaram no litoral (DEAN, 1997).

A presença indígena na região da Mata Atlântica e a ocupação de grupos expulsos para o planalto implicou na formação negociada dos assentamentos coloniais que vieram posteriormente. A vila de São Paulo surgiu em torno das principais aldeias indígenas situadas no planalto. As aldeias indígenas pré-coloniais foram substituídas ao longo do tempo por aldeamentos jesuíticos (DEAN, 1997; MONTEIRO, 1994; PETRONE, 1995; SILVA, 2018). Mesmo após a expulsão das Companhia de Jesus em 1769, os aldeamentos foram mantidos ininterruptamente entre os séculos XVI até as primeiras décadas do século XIX (VERAZANI, 2009). Por um lado, os aldeamentos representaram a aculturação, a exploração, a despossessão e a dispersão dos povos indígenas. Por outro lado, tornaram-se posteriormente o último recurso legal dos indígenas para garantir seu território (CUNHA, 1987). A história dos Guarani após a invasão colonial tem sucessivas perdas de território e com elas, os lugares e imagens do seu mundo.

* * *

A primeira colonização alemã na Província de São Paulo foi oficializada em 1829, sete anos depois da independência do Brasil. No porto de Santos desembarcaram 226 imigrantes alemães, em 1827, atraídos pela promessa do Imperador D. Pedro I: (i) propriedade absoluta dos colonos sobre as terras; (ii) pagamento mensal aos colonos por um ano e meio; (iii) fornecimento de gado vacum, cavalar e lanígero a ser reembolsados ao país após quatro anos; (iv) fornecimento de ferramentas e sementes; (v) isenção de tributos por oito ou dez anos, a depender, respectivamente, se a viagem fora paga pelo Imperador ou por investimento próprio; (vi) um médico e um pároco ou pastor para cada colônia, pagos durante a vigência dos subsídios (ZENHA, 1950, p. 62-63). Segundo Zenha, a orientação imperial ao governo da Província de São Paulo é que escolhesse um local “desabitado” nas proximidades de outras localidades povoadas. Portanto, os imigrantes serviriam de população pioneira na ocupação territorial. Entre os dois anos que separam o desembarque e a oficialização da colonização, houve impasse sobre o local da colônia, que após muitas tensões entre colonos, governo de Província e do Império foi implantada no que então chamava-se de *Sertão de Santo Amaro*.²

Alguns autores suspeitam que uma parte considerável dos colonos estabelecidos desconheciam a agricultura, em razão de suas profissões informadas nos registros: ferreiros, alfaiates, marceneiros, carpinteiros, sapateiros e um tecelão (BALDIN, 2012; ZENHA, 1950). Ademais, é provável que os primeiros imigrantes viessem de áreas urbanas (BALDIN, 2012). Corroborando para esse entendimento as restrições³ para a emigração de população camponesa no território da atual Alemanha e as relações de servidão do campesinato que vigoraram em maior ou menor medida,

dificultando sua mobilidade. Em 1867 permitiu-se a livre migração para as cidades, como resultado, a indústria privilegiou os trabalhadores do campo jovens e sadios, mantendo o restante no abastecimento agrícola (WUNDERLICH, 1961).

Assim, é muito improvável que os camponeses, arraigados à terra e ao seu senhorio, sem emancipação para escolher a profissão de seus filhos, tenham participado do grupo pioneiro emigrado para o Brasil. Isso não significa que essa população não cultivasse, em alguma medida, a terra. Nesse mesmo período emergiram nas cidades alemãs algumas formas agrícolas destacadas do campo, hoje em dia conhecidas como *Kleingärten* ou *Schrebergärten*.⁴ A partir de 1806 iniciativas semelhantes surgiram em Kassel, Kiel, Berlim e Leipzig (APPEL et al., 2011; SENATSVVERWALTUNG, 2012).

Muitas famílias pioneiras desistiram da colonização nas décadas seguintes. Como fatores do fracasso inicial, Langenbuch (1971) e Zenha (1950) identificam a inexperiência prévia com a agricultura, o solo impróprio e as condições adversas da implantação da colônia.⁵ Para os autores, a colônia foi um “centro de dispersão” da população alemã (LANGENBUCH, 1971, p. 72) e de “decomposição” da cultura alemã por influência indígena (ZENHA, 1950, p. 101). No lugar da introdução de técnicas agrícolas europeias, a realidade foi a mistura e a assimilação dos descendentes alemães à uma dita cultura caipira, ou cabocla (PETRONE, 1995).

Apesar da bibliografia insistir no fracasso da colônia alemã, muitos dos descendentes das famílias pioneiras deitaram suas raízes em Parelheiros, Santo Amaro e em municípios vizinhos (outros pertencentes ao denominado *Sertão de Santo Amaro*), como Itapeceira da Serra, Embu das Artes e Embu-Guaçu contribuindo para a sua construção material, econômica e cultural (BALDIN, 2012; RIBEIRO, 2002). Aqueles que permaneceram na colônia seguiram contestando e cobrando as promessas imperiais e aos poucos assumiram posições de prestígio econômico, político e social local.⁶

* * *

Segundo Benedito Calixto (CALIXTO, 1905), documentos testemunham a presença Guarani na denominada “Santa Cruz dos Parelheiros” desde a virada do século XIX para o XX. Com o processo de extinção dos aldeamentos, a partir de 1845, iniciou-se um novo ciclo de expropriação de terras indígenas e disputa por território com fins econômicos e imobiliários. Os argumentos usados para apropriação das terras dos antigos aldeamentos eram seu esvaziamento e aculturação dos indígenas, processo derivado das próprias políticas indigenistas (CUNHA, 1987, 2018; VERAZANI, 2009). O esforço de expulsão fracassou pela insistência dos Guarani em manterem suas aldeias no litoral.

O conceito utilizado na língua guarani para designar seu território de ocupação [...] é *Yvy Rupa*. Esse termo, polissêmico, pode ser traduzido literalmente como “suporte (ou plataforma) terrestre”, e abrange toda a extensão do território onde os Guarani estabelecem ou consideram possível estabelecer suas aldeias e assentamentos. Os critérios de dispersão dos assentamentos guarani ao longo desse grande território respondem a fatores cosmológicos, sociológicos, ecológicos e históricos. (PIMENTEL, 2012, p. 19)

Destaca-se que o território Guarani é marcado pela circularidade entre o centro do mundo, *yvy mbyte*, situado na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai e a extremidade do mundo, *yvy apy*, correspondente à Mata Atlântica (LADEIRA, 2008; LADEIRA; AZANHA, 1988; PIMENTEL, 2012; POPYGUA, 2022). Ao longo das décadas 1900 e 1930, esta região foi constantemente transformada por infraestruturas de grande impacto ambiental, entre elas a construção de duas represas (Guarapiranga, 1908 e Billings, 1927) e a construção de um ramal ferroviário (Estação Evangelista de Sousa, 1935), estimulando ocupações e loteamentos com referenciais urbanos, como as chácaras de lazer, os clubes de campo e bairros operários. Tais transformações afetaram consequentemente os meios de vida Guarani. Entre as décadas de 1940 e 1950 a aldeia mais importante da região de Parelheiros para os indígenas era a *Yvyrexakã*,

localizada no vale do Rio Capivari (PIMENTEL, 2012), atualmente o último rio limpo da cidade de São Paulo.

* * *

De modo distinto em relação à imigração alemã,⁷ o modelo de colonização japonesa não previa a oferta ou distribuição de terras devolutas. Os imigrantes japoneses, na ótica da Secretaria de Agricultura de São Paulo, serviram de mão de obra substituta nas fazendas de café do interior face às dificuldades de arremeter imigrantes europeus (TAKEUCHI, 2008). Por essa razão, embora a imigração japonesa no Brasil tenha sido oficializada em 1908 suas tratativas retrocedem até 1872, com essa população concentrada no interior do Estado.

O contingente japonês no Brasil passou a ser mais expressivo em 1920, coincidindo com a “transformação e expansão da agricultura paulista” (CARDOSO, 1995, p. 31). Até a segunda Guerra Mundial os japoneses em sua maioria emigravam em família. Após alguns anos trabalhando como assalariados, saíam das fazendas para produzir de forma independente e constituíam núcleos de colonização espontânea. A barreira linguística e o interesse de retornar ao Japão mantiveram as famílias japonesas e seus descendentes coesos em colônias, organizando escola própria e outras estruturas de uso comunitário. Um desses primeiros núcleos, Vila Cotia, organizou anos depois uma cooperativa de comercialização e apoio de produção agrícola.

Após a fundação da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), em 1927, a presença de japoneses na região de Parelheiros começa a ganhar expressão, arrendando terras para a produção agrícola de escala comercial: “a agricultura constituiu um domínio central em que se operou a inserção social e econômica de uma parcela considerável desse grupo.” (TANIGUTI, 2015, p. 10) As modernizações agrícolas estimuladas pela CAC, entre as décadas de 1950 e 1960, coincidiram com os incentivos da chamada Revolução Verde no cenário mundial, implicando em uma homogeneização e especialização da produção agrícola nos países em desenvolvimento.

A CAC foi longeva e uma das maiores empresas cooperativas do país, financiando inclusive novas colônias japonesas no Centro-Oeste na década de 1950. Faliu em 1994, após sucessivas crises macroeconômicas, bem como crises de gestão da cooperativa após “mudanças na sua estrutura operacional” nas décadas de 1960 e 1970 a partir de alterações de lei das cooperativas, subsídios e estímulos de modernização da agricultura empreendidos no governo militar (TANIGUTI, 2015, p. 280)

* * *

Desde o fim da década de 1970 a pressão sobre as terras ocupadas pelos Guarani sem reconhecimento do Estado vinha aumentando (LADEIRA, 2008; NAKAMURA, 2016) – especialmente na região Sudeste, nas porções litorâneas e nas áreas limítrofes da capital. O crescimento da ocupação urbana, seja em razão do turismo, ou da expansão da periferia, ameaçava o que restava de Mata Atlântica e seus habitantes, entre eles, os Guarani Mbya. Entre 1970 e 1987 as áreas ocupadas pelos Guarani na região de Parelheiros estiveram sob disputa judicial até serem finalmente reconhecidas pelo Estado (LADEIRA, 2008). Em 5 de maio de 2016, o reconhecimento legal da Terra Indígena Tenondé Porã incorporou as antigas aldeias Morro da Saudade (Barragem) e Krukutu atendendo as reivindicações dos Guarani por ampliação de seu território. A conquista foi uma oportunidade de autorreflexão dos Guarani sobre sua forma de vida e seus projetos coletivos (PIERRI, 2013). Outros reconhecimentos importantes ocorreram no âmbito da municipalidade: (1) a inclusão das aldeias indígenas como áreas protegidas no Plano Diretor Estratégico de 2014; (2) a criação do Programa Aldeias da Secretaria Municipal de Cultura de fortalecimento e promoção da cultura e alimentação tradicional Guarani nas aldeias presentes no município. Desde 2016, os Guarani pleiteiam a aprovação de uma lei municipal, conhecida como Cinturão Verde Guarani, que propõe uma política de fortalecimento ambiental e cultural das Terras Indígenas do município, com gestão compartilhada entre gestores públicos e os Guarani.

* * *

Em 2002 a zona rural da cidade foi extinta pelo Plano Diretor Estratégico (PDE) pela lei nº 13.430/02 e sua complementação pela lei de zoneamento de 2004 nº 13.885/04, o que prejudicou os agricultores, pois dificultou o acesso a financiamentos federais ou a programas vinculados à propriedade rural (CARDOSO et al., 2017), isso porque a categoria de uso definida pelo município não era compatível com a classificação de rural normatizada nesses programas.

Na prática o PDE de 2002 e o zoneamento de 2004 excluíram as zonas rurais e detalharam em seu lugar áreas urbanas de ocupação mais restritiva, permitindo como um dos usos a agricultura: reduziu-se assim o rural a uma atividade econômica. Ecoava-se o recém aprovado Estatuto da Cidade, delegando ao Plano Diretor a regulação de todo território do município, não mais restrito ao interior do perímetro urbano, atribuição que cumpriu – não apenas em São Paulo – a partir de um repertório instrumental eminentemente urbanístico. Apesar dessa limitação, o início desse século marca um momento progressista para o urbanismo e planejamento urbano, integrando políticas a partir de uma pasta ministerial específica. A despeito da extinção das áreas rurais, a região Sul do Município de São Paulo foi foco de interesse de projetos de organizações não-governamentais, instituições de ensino e pesquisa, bem como de programas estaduais e municipais voltados para práticas agroecológicas, apoio técnico para conversão orgânica da produção e educação ambiental (BADUE, 2007).

Paradoxalmente, ou talvez por isso mesmo, foi durante a vigência do PDE de 2002 em que se fortaleceu e se institucionalizou aspectos importantes do território. Os agricultores, os indígenas, a sociedade civil representada pelo terceiro setor e parte do poder público – em especial aqueles ligados ao abastecimento alimentar e de água, ao meio ambiente e turismo – atuaram e elaboraram ações continuadas, o que auxiliou a legitimar e pautar demandas na revisão do PDE de 2014. Justiça seja feita, ainda que o PDE de 2002 não tenha assimilado o rural como parte do planejamento do município, ele incluiu no artigo 51 o conceito de agricultura urbana e o vinculou ao combate à fome, à exclusão social e ao uso de áreas subutilizadas. Contudo, a seção não dá maiores providências de criação de instrumentos próprios, vinculação a programas de incentivo ou destinação de recursos.

A mudança ocorrida no PDE de 2014 foi resultado do engajamento e organização dos produtores rurais, especialmente através do conselho gestor das Áreas de Proteção Ambiental (APA) Capivari-Monos e Bororé-Colônia, ambas na zona Sul de São Paulo (CARDOSO et al., 2017). Além disso, as lutas por demarcação das Terras Indígenas (TI) pelos Guarani Mbya se intensificaram com a renovação das lideranças, estabelecendo alianças com grupos diversos da sociedade civil, bem como com representantes políticos. Pleiteando, como veremos adiante, a criação e gestão de um Cinturão Verde Guarani, como política pública municipal de fomento e valorização de seu modo de vida tradicional.

2.2 Relações entre território, cosmologia e alimentos tradicionais Guarani

Jera tem feito um trabalho bonito [...] de recuperar essas batatas que vai dar, claro uma segurança alimentar maior [...] porque esse alimento vai ser usado na própria comunidade [...] e ele não vai fortalecer apenas o corpo, porque para isso que serve uma batata, mas também a dignidade de ser Guarani. Que é também para o que serve uma batata! (MUNDURUKU, 2020)

Qual o significado de uma batata doce para nós, não-indígenas? Nada além de uma batata doce.

Para os Guarani Mbya, o valor simbólico da batata doce, *jetý*, vai muito além. Em sua cosmologia, o mundo terreno é apenas uma imagem no mundo celeste. A criação do mundo surge a partir de uma “dualidade contida numa unidade instável anterior” (PIERRI, 2013, p. 103), em que o modelo original celeste se desdobra em outros de si. A Primeira Terra, *Yvy Tenonde*, desapareceu num dilúvio e os seres originais ascenderam ao céu. A Nova Terra, *Yvy Pyau*, esta que habitamos, substituiu a primordial e foi povoada com suas imagens (CADOGAN *apud* PIERRI, 2013, p. 90). Assim, “tudo que existe nessa terra [...] guarda seu modelo originário nas plataformas celestes” (PIERRI, 2013, p. 92), com a diferença que lá o milho, o mel, bem como carros e computadores

são imperecíveis, *marã e'ỹ*, nunca estragam, nunca quebram. No espelhamento do mundo as imagens são perecíveis.

Em síntese, conforme afirma Maria Inês Ladeira (2008, p. 131), estar no mundo não é casualidade para os Guarani, cada alma traz um modo de ser/estar determinados por *Nhanderu retã*, traduzido como morada dos deuses (LADEIRA, 1999 *apud* PIERRI, 2013), no mundo celeste. Portanto, a vida guarani busca, em sua passagem terrena no mundo imperfeito, *yvy vai*, o modo de ser dos deuses, o modo de ser perfeito, *araguyje* (BENITES, 2020; LADEIRA, 2008). A busca pela vida perfeita dos deuses relaciona-se a um entendimento ético e estético do mundo:

Assim, as qualidades boas e belas são intrínsecas e designadas pelo mesmo termo – *porã* –, que, em resumo, define o que é sadio. Para ser *porã*, é preciso, pois, ser autêntico (*ete*), perene (*marãey*), bom/belo. O seu contrário são as coisas imperfeitas (*vai*), que se estragam (*marã*), e doentes (*axy*). (LADEIRA, 2008, p. 135)

Portanto, uma batata doce importa, pois reflete o *jetý* celeste na terra, tem seu lugar e oferece ao mesmo tempo, beleza e saúde, e por isso ele é bom. Ao se alimentar dele preparado no fogo, reproduz-se os ensinamentos de *Nhanderu* (traduzido como "nosso pai verdadeiro", aquele que deixou o fogo para os Guarani preparem seu alimento). Mas não é só para isso que serve uma batata.

O *jetý* compõe um dos alimentos tradicionais Guarani, não se trata de uma batata, mas de muitas variedades delas, um "batatalhão". Conforme relatos dos cronistas do século XVI e etnografias do século XX, é notória a fartura dos cultivares agrícolas guarani (SANTOS; OLIVEIRA, 2020). A partir de pesquisa arqueológica no sítio Candelária (RS), cotejados com a etnografia indicam o milho, a mandioca, a batata doce e o feijão como alimentos presentes em sua dieta desde períodos pré-coloniais (MONTROYA *apud* SCHMITZ; GAZZANEO, 1991). Ainda conforme os autores, Montoya indica numerosas variedades de batata doce, consumidas assadas ou cozidas.

O *jetý* integra um entendimento de mundo e tem nele um lugar específico. Os lugares compõem um território ao mesmo tempo base e reflexo para alcançar o mundo celeste. A história dos Guarani após a invasão colonial tem sucessivas perdas de território e com elas, os lugares e imagens do seu mundo, entre essas perdas estão a variedade e diversidade dos cultivos de alimentos tradicionais. Sabemos que para recuperar o território, e a forma de vida guarani, *nhandereko*, os indígenas lutaram e resistiram muito. No caso específico das Terras Indígenas (TI) de São Paulo Jaraguá, na região noroeste, e Tenondé Porã, no extremo Sul, a última década representou vitórias e conquistas importantes, como a demarcação e ampliação de seu território.

Embora a demarcação seja um assunto ambíguo, pois significa restringir o território e confinar os Guarani, ela é a única garantia deles no mundo atual (LADEIRA, 2008, p. 42) para assegurar território que permita seu modo de vida tradicional, principalmente por estarem situados em uma área de intensa pressão, sejam por processos denominados como "periferização" sejam por implantação de infraestrutura, com ramais ferroviários, linhas de energia e rodovias.

A importância da demarcação como única garantia de território que viabilize seu modo de vida fica patente no caso do Morro da Saudade, na TI Tenondé Porã. Na região de Parelheiros, duas áreas ocupadas pelos Guarani estiveram em disputa desde o final da década de 1970 até 1987: a aldeia Krukutu e a aldeia da Barragem, também conhecida como Morro da Saudade, local de nascimento de Jera Guarani, agricultora e liderança da TI.

O Morro da Saudade fica às margens da represa Billings, na região de proteção dos mananciais que abastecem a cidade, com grandes porções de Mata Atlântica. Sabe-se que um imigrante japonês, Yasuhiko Kugo, adquiriu em 1955 a propriedade por espólio dos antigos proprietários, descendentes dos imigrantes alemães. Kugo ofereceu a um grupo guarani viver em sua propriedade e exigiu em troca o trabalho (não remunerado) na lavoura na produção de mandiocinha (batata baroa) e broto de bambu para venda no Ceasa (FARIA, 2015, p. 34). Em dado momento o "japonês", como era conhecido entre os Guarani, "doou" a terra para os indígenas

e algum tempo depois, em 1977, vendeu para um grupo de professores da Faculdade de Engenharia Industrial (FEI). Quase dez anos depois da compra, em 1985, o grupo entrou com pedido de reintegração de posse.

Na mesma época, a Funai assinou convênio com a extinta Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA), para documentar a presença indígena. A SUDELPA produziu mapas da presença Guarani em três locais da região, denominadas aldeias M'Boi Mirim (em Itapecerica da Serra), Crucutu e Barragem. Em 1985 a aldeia Krukutu conquistou a garantia de posse da terra pela via judicial. No mesmo ano foi homologado o reconhecimento das aldeias Barragem e Krukutu como áreas indígenas pelo Governo Estadual (publicado no DOE 19/04/1985). Dois anos depois, elas foram homologadas e registradas por decreto federal.

Ressaltamos que essas demarcações são anteriores à Constituição de 1988, e por isso observou outros trâmites legais. Apesar das áreas serem relativamente pequenas (26 hectares cada), elas significaram o primeiro reconhecimento da ocupação guarani pelo Estado. Com a nova Constituição endossando a garantia de demarcação das terras indígenas "necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições" (BRASIL, 2020 [1988]), a reivindicação por reconhecimento passa a ser por áreas tradicionalmente usadas pelos Guarani, para além do espaço das aldeias demarcadas (NAKAMURA, 2016). A respeito do impacto da redução e fragmentação das terras demarcadas:

Entretanto, a fragmentação das áreas Guarani, cada vez mais definidas por limites artificiais, em função do reconhecimento público de outras ocupações [...] inviabiliza sua condição de ser um espaço efetivo de subsistência e de reprodução cultural. Apesar disso, verifica-se, em diversas aldeias, um modo peculiar de apreensão e construção do espaço – desenvolvido por meio do exercício social, político, religioso e do plantio de espécies tradicionais – que permitem ao grupo definir, ou não, "seus lugares" [...]. (LADEIRA, 2008, p. 161)

Conforme relata Jera Guarani (2019), até a década de 1990 haviam 26 famílias Mbya ocupando uma área de 26 hectares no Morro da Saudade. A liderança conta que até seus doze anos não teve contato com a educação e cultura do *jurua*, não indígena, e que a aldeia se alimentava do plantio de subsistência. Havia espaço e comida para todos. Ao longo dos anos houve um crescimento populacional na aldeia, que alcançou aproximadamente 1.400 habitantes (NAKAMURA, 2016), densidade extremamente elevada para os parâmetros de uma aldeia, e é até hoje a maior concentração de indígenas Guarani Mbya do Brasil.

Portanto, se antes havia falta de espaço para a reprodução "física e cultural" do seu modo de vida, o crescimento populacional acarretou falta de lugar para a convivência sadia, bem como a produção de alimentos para seu grupo. Tal condição facilitou a assimilação de hábitos práticos do *jurua*, estimulados pelas trocas entre aldeia e cidade, e afastando-os pouco a pouco do *Nhandereko*, o modo de vida Guarani Mbya.

Entretanto, a perda de sementes e alimentos tradicionais guarani foi um processo anterior ao adensamento da aldeia e assimilação de hábitos do *jurua*. Jera conta que até atingir a idade adulta só conhecia os alimentos tradicionais guarani através das histórias que ouvia dos mais velhos (GUARANI, 2019).

De lá para cá, a luta pela demarcação de terras, processo moroso e com ritos legais em diversas instâncias, foi pouco a pouco favorecendo os indígenas oportunizando espaço para sua reprodução social de acordo com sua cosmologia.

"Fazia muito tempo que a gente não plantava. É uma felicidade poder ensinar nossos filhos e netos como a gente vivia. Porque antigamente se vivia das plantas. Mas faz muito tempo que não é assim, porque não tinha espaço. Agora a gente tem, então tem que aproveitar, plantar e ensinar nossos filhos e nossos netos para eles aprenderem." Yara, da tekoa [aldeia] Tenondé Porã (PEROSA et al., 2020)

Foi com o processo de reconhecimento do território e da valorização da memória dos mais velhos que lideranças como Jera buscaram recuperar sementes tradicionais, visitando com jovens outras aldeias Guarani Mbya cruzando fronteiras e trocando sementes e saberes com grupos dispersos em três países e outros estados. Dessa forma, as variedades de batata doce trouxeram consigo essa experiência e ajudam, a cada colheita, refeição e palestra, a contar essa história. E, em seu processo de cultivo estabelecem um reconhecimento mútuo: seja da cultura Guarani, que preservou em cada lugar essas variedades, seja da batata ensinando a “conviver com elas, conhecer elas pelo formato, pelas pontas que elas têm [em suas folhas]” (GUARANI, 2019). Plantar batata é uma forma de conhecimento e de relação com o vegetal e a própria cultura guarani e *jety*.

No mesmo contexto político da portaria declaratória, do PDE de 2014 e do Programa Aldeias surgiu a proposta do Projeto de Lei (PL) 181 de 2016 de instituição de “Política Municipal de Fortalecimento Ambiental e Cultural de Terras Indígenas” (BONDUKI, 2016). Não por acaso, o relator do PDE, proponente do PL e um dos Secretários da Cultura da época foi o professor, arquiteto e ex-vereador Nabil Bonduki. O PL 181 ficou conhecido como Cinturão Verde Guarani, trata-se de uma proposta inédita na legislação municipal que propõe uma política de governança integrada e compartilhada com os Guarani.

O PL 181/16 já foi aprovado em primeira votação, ocorrida em 2017 e aguardava, até o último pleito eleitoral do município, uma segunda votação e a sanção do então prefeito da cidade de São Paulo, Bruno Covas. A proposta visa fortalecer por meio de políticas públicas as TI, localizadas em áreas que constam no Plano Diretor do município como “Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental”. A presença dos Guarani garante, por seu modo de vida, a conservação ambiental de seus territórios. Ressaltamos como principais ganhos da proposta tanto o reconhecimento desse serviço ambiental prestado, bem como outros projetos culturais de visibilidade indígena na cidade.

3. Forma de vida Guarani Mbya como forma de cidade

Para situar o PL 181 no entendimento de mundo guarani faz-se necessário compreender como esse mundo se organiza no território e suas representações simbólicas, em especial com a mata. A manutenção do *nhandereko*, a forma de vida guarani, depende do espaço vital de produção e reprodução de seu modo de vida, para viver de acordo com o *teko*, traduzido como “costumes”. Atualmente, para os Guarani Mbya do sudeste do país, seu reduto vital e viável é a Mata Atlântica, isso porque:

A despeito da sua visão de mundo e de suas próprias categorias ambientais (como se verá adiante) não serem as mesmas dos parâmetros oficiais, observadas nas diretrizes de criação de unidades de conservação, **o interesse dos Guarani na conservação das matas é um interesse vital**, pois é ainda o único espaço para, enquanto sociedade, viverem seu modo de vida segundo sua cosmologia. (LADEIRA, 2008, p. 51, grifo nosso)

Considerando a redução desse bioma a menos de 7% de seu total original, pela devastação e degradação continuadas, e cada vez mais intensas, desde os primórdios da ocupação humana na costa e no planalto (DEAN, 1997), a Mata Atlântica concentra disputas de longa duração. Embora seja um passo importante para garantir o território, a demarcação não reestabeleceu, nem restaurou a Mata Atlântica por decreto. A conquista do reconhecimento e ampliação do território por si só não garante o reestabelecimento ou a manutenção do *nhandereko*. Destarte, embora haja na região de Parelheiros muitos remanescentes de Mata Atlântica, o território foi bastante degradado, com a exploração carvoeira e extração de madeira – ocupar esse território implicou em novos desafios aos Guarani Mbya. Esse é um trabalho contínuo e desafiador para os Guarani, que não tinham qualquer pretensão de serem os “protetores da natureza”. Entretanto, observa-se o esforço de recuperação da mata e dos cultivares. Isso porque a Mata Atlântica coincide com seu mundo cosmológico. Para os Guarani a conservação de seu mundo se realiza a partir de práticas rituais que pretendem reproduzir a cosmologia fundacional continuamente, distinguindo-se entes

e elementos da "natureza". Nesse sentido, sua relação é mais complexa e relacional e a reprodução do discurso ambientalista deve ser entendida como interesse tático comum pelo desejo de apoio dessas organizações à causa indígena (LADEIRA, 2008, p. 47). Todavia, o estado de degradação encontrado em algumas áreas de TI Tenondé Porã exigiu que os Guarani estabelecessem alianças com grupos e instituições *jurua*, adquirindo novas técnicas e saberes de recuperação com base na agroecologia.

“La buena tierra guaraní es tan real porque su fundamento no es la naturaleza en sí, sino el acto religioso que le da principio y la conserva.” (MELIÀ, 1991 *apud* LADEIRA, 2008, p. 162). À cada elemento e ser foi conferido um lugar na terra por *Nhanderu*, traduzido como "nosso pai verdadeiro". Todas as coisas criadas por *Nhamandu*, traduzido como "primeiro criador", no mundo imperfeito são para uso dos Guarani, entre elas, a mata.

Segundo Maria Inês Ladeira (2008, p. 155), os Guarani distinguem cinco tipos de mata: 1 - *Kaguy ete* são as matas autênticas, matas primárias e férteis, local que abriga todas as espécies vegetais do acervo Guarani; 2 - *Kaguy porã* são matas sadias, onde vivem os animais originais em sua diversidade; 3 - *Kaguy poru ey* são áreas de matas intocadas e intocáveis, onde ficam e se protegem os "seres da natureza"; 4 - *Kagüy yvĩ* são as matas baixas, as capoeiras, áreas para as roças, cultivo de ervas e material para artesanato; e 5 - *Kaguy rive* local que não serve para usar, sem animais, árvores ou plantas apropriadas.

O reconhecimento dos diferentes tipos de mata também ocorre segundo sua visão cosmológica, guiados pela concentração de *amba*, traduzido como "morada dos pais das almas". Maria Inês Ladeira define da seguinte forma:

[...] o *amba* é o lugar onde os *Nhanderu* se concentram e se manifestam por meio de revelações aos dirigentes espirituais [...]. O *amba* é descoberto, sobretudo onde há *kagüy poru ey* (mata intocada) ou *kagüy ete* (mata nativa), [...]. A existência do *amba* indica sempre terras férteis para a agricultura. (LADEIRA, 2008, p. 165)

Portanto, a conservação da mata é um interesse espiritual e simbólico dos Guarani, com implicações diretas na materialidade e organização de sua forma de vida. Por exemplo, no local de maior concentração do *amba* deve ser erigido a casa de reza, *opy*, "o centro social do tekoa (aldeia)" (Ibidem). Baseada em Augustin Berque, a autora ressalta que "é a projeção de valores humanos sobre o meio ambiente que o torna um meio humano" (LADEIRA, 2008, p. 132), o que traz implicações interessantes para refletir sobre os valores do modo de vida Guarani e sua relação com o espaço geográfico, foco do trabalho da autora. Ao mesmo tempo, dá subsídios para pensar como as formas de vida são insumos valiosos na transformação dos espaços humanos, como as cidades.

Nesse sentido, ao tratar do PL 181/2016, conhecido como Cinturão Verde Guarani, Lucas Keese dos Santos (FAUUSP, 2021) compara a produção do espaço de mata Guarani como "uma proposta de cidade, incipiente, que começa pelas bordas". Considerando o entendimento de mundo guarani, sua ação no território e a complexidade relacional constante em sua espacialidade, precisamos discordar parcialmente de Santos. Entendemos que a forma de vida guarani produz mundos e espacialidades da diferença em relação às concepções não indígenas e que ela está pronta e se refaz continuamente. A avaliação de incipiência, se dá no instrumento legal que procura traduzir para fora da cosmologia guarani a incidência dessa forma de vida em sua relação com o espaço. Assim, procurou-se no PL equivaler o valor simbólico da mata para os indígenas à importância, socioambiental, climática e urbana presente na visão do *jurua*. Ou, ainda, à "função de contenção da expansão urbana" (Bonduki *apud* FAUUSP, 2021), entre outros valores de nossa sociedade usados de fundamentação e defesa do PL.

Com isso, não invalidamos esse esforço, contudo, pretendemos ressaltar os desafios implicados na prática de uma política pública que propõe uma gestão compartilhada entre poder público e o povo Guarani, como o PL181. O desafio de tradução indica um ajuste epistemológico necessário entre o direito e a etnografia, para além da negociação entre sociedades desiguais.

Tratando-se de povos indígenas como os Guarani, a excepcionalidade dessa aproximação ganha intensidade nos contrastes. De um lado, a etnografia de Pierre Clastres descreve-os como uma sociedade contra o ideal do Um (SANTOS *apud* FAUUSP, 2021) e, portanto, sem interesse em ocupar funções de um Estado centralizador para fazer política. Por outro lado, na ótica do direito, o seu direito original pela terra exige um reconhecimento desse mesmo Estado. "O direito originário dos indígenas é um direito que precede a própria formação do Estado, portanto ele não o criou, apenas o reconhece." (Ibidem).

A interpretação etnográfica de Lucas Keese dos Santos (2021) vislumbra na prática do *xondaro*, dança/ luta que guarda semelhanças em princípios da capoeira como a esquivar, um procedimento e ação política guarani do "fazer errar". O autor apresenta a força constituída de sua cosmologia incidindo no mundo não indígena. A "produção de diferença no mundo" (SANTOS, 2021, p. 68) do movimento guarani que descende de sua cosmologia da "dualidade em perpétuo desequilíbrio" (STRAUSS *apud* SANTOS, 2021, p. 68) tensiona com a unidade do Estado e a rigidez presente na letra da lei e na administração pública. A ambivalência contida no PL 181/2016 como instrumento fundamental para as garantias materiais, políticas e econômicas da manutenção da vida guarani, sem ignorar seus limites enquanto discurso jurídico, político e de reflexo da cosmologia reconduz em alguma medida à dualidade em desequilíbrio constante.

Jera convocou os *jurua* a tornarem-se selvagens (GUARANI *apud* FAUUSP, 2021; GUARANI, 2020), seja pela convivência direta e apoio em suas ações como a recuperação da mata, e do plantio dos alimentos tradicionais, seja pelo suporte indireto pelo trabalho e pesquisa que aborde a temática indígena, veiculando sua (re)existência para mais pessoas, ou ainda, pelo desejo similar por uma "vida simples". Essa fala, legítima e engajadora, interpretamos como o esforço de tradução, semelhante àquele indicado sobre o discurso ambientalista, necessária na negociação e disputa pelo reconhecimento de sua forma de vida. Além disso, ela nos serve de indícios para avançar com propostas políticas, como o do Cinturão Verde Guarani, pela radicalidade do tornar-se selvagem. A própria lei e a política devem ser mais selvagens para garantir a produção de espaços da diferença.

4. Referências

APPEL, I.; GREBE, C.; SPITTHÖVER, M. **Aktuelle Garteninitiativen**: Kleingärten und neue Gärten in deutschen Großstädten. Kassel: Kassel University Press, 2011.

BADUE, A. F. B. **Inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar**: as potencialidades da participação e as representações sociais de agricultores de Parelheiros, São Paulo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BALDIN, A. de F. A. **A presença alemã na construção da cidade de São Paulo entre 1820 e 1860**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BENITES, E. "Tekoha Ñeropu'ã: aldeia que se levanta/Tekoha Ñeropu'ã: indian village that gets up". **Revista Nera**, Dossiê. v. 23, n. 52, p. 19–38, 2020.

BERARDI, M. H. P. **Santo Amaro**. 2. ed. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo - Secretaria de Educação e Cultura, 1981. v. 4

BONDUKI, N. "Projeto de Lei 181/2016, insitui a Política Municipal de Fortalecimento Ambiental, Cultural e Social de Terras Indígenas". **Câmara Municipal São Paulo**, 2016.

BRASIL. **Constituição de República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no. 105/2019. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020.

- CALIXTO, B. "Os primitivos aldeamentos indígenas e índios mansos de Itanhaen". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, p. 488–505, 1905.
- CARDOSO, R. **Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo**. São Paulo: Primus Comunicação, 1995.
- CARDOSO, R. T.; EMPINOTTI, V. L.; TRAVASSOS, L. "O ressurgimento da zona rural no município de São Paulo". **Anais XVII Enanpur**, v. 17, n. 1, 2017.
- CARNEIRO, M. J. "Ruralidade: novas identidades em construção". **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 11, p. 53–75, out. 1998.
- CARNEIRO, M. J. "'Rural' como categoria de pensamento". **RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais - UNICAMP**, v. 2, n. 1, p. 9–38, 2008.
- FAUUSP. "Cinturão Verde Guarani - Quintas Ameríndias". **Seminário Quintas Ameríndias**. São Paulo: FAUUSP. 20 maio 2021.
- CUNHA, M. C. da. **Os Direitos do Índio. Ensaios e documentos**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CUNHA, M. C. da. "Índios na Constituição". **Novos estudos CEBRAP**, v. 37, p. 429–443, dez. 2018.
- DEAN, W. **A industrialização de São Paulo, 1880-1945**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, Editora da Universidade de S. Paulo, 1971.
- DEAN, W. **With broadax and firebrand the destruction of the Brazilian Atlantic forest**. Berkeley: University of California Press, 1997.
- FARIA, C. S. de. **A luta Guarani pela terra na metrópole paulistana: contradições entre a propriedade privada capitalista e a apropriação indígena**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- GUARANI, J. "As líderes da transformação: lideranças regionais e povos tradicionais - Jera Tenondé". Video, Seminário FRUTO 2019. São Paulo. 2019.
- GUARANI, J. "Tornar-se selvagem". **Piseagrama**, p. 12–19, 5 ago. 2020.
- JAEGGI, R. "Towards an Immanent Critique of Forms of Life". **Raisons politiques**, v. 57, n. 1, p. 13–29, 2015.
- KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.
- KOSELLECK, R. **Estratos do Tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.
- LADEIRA, M. I. **Espaço geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso**. Maringá; São Paulo: Eduem; Edusp, 2008.
- LADEIRA, M. I.; AZANHA, G. **Os índios da Serra do Mar: A presença Mbyá-Guarani em São Paulo**. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista: Nova Stella Editorial, 1988.
- LANGENBUCH, J. R. **A Estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana**. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- MEYER, R. M. P.; GROSTEIN, M. D.; BIDERMAN, C. **São Paulo metrópole**. São Paulo: EdUSP, 2004.
- MONTEIRO, J. M. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Brazil: Companhia das Letras, 1994.
- MUNDURUKU, D. “Jerá Guarani”. **Podcast Mekukradjá**. Itaúcultural, 2020.
- NAKAMURA, R. "Tenondé Porã: os muitos anos de luta por reconhecimento". **Notícias site CTI**, 16 maio 2016. Disponível em: <<https://trabalhoindigenista.org.br/tenonde-pora-os-muitos-anos-de-luta-por-reconhecimento/>>. Acesso em: 5 mar. 2021.
- PEROSA, T.; BIAVA, P.; CALAGIAN, L. **Fortalecimento Cultural e Restauração da Floresta**: como os Guarani estão usando seu Território para viver melhor e preservar a riqueza ambiental de São Paulo. São Paulo: CTI/ Programa Aldeias, 2020.
- PETRONE, P. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo, SP, Brasil: Edusp, 1995.
- PIERRI, D. C. **O perecível e o imperecível**: lógica do sensível e corporalidade no pensamento Guarani-Mbya. Universidade de São Paulo, 2013.
- PIMENTEL, S. K. “Resumo do Relatório Circunstanciado de Delimitação da Terra Indígena (RCID) Tenondé Porã”. Brasília: **Diário Oficial da União**, 19 abr. 2012.
- POPYGUA, T. da S. V. **A terra uma só**. São Paulo: Hedra, 2022.
- RIBEIRO, E. M. H. **Os alemães dos núcleos coloniais de Santo Amaro e Itapecerica da Serra (1831/1914)**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- SANTOS, L. K. dos. **A esquiva do xondaro**: movimento e ação política Guarani Mbya. São Paulo: Editora Elefante, 2021.
- SANTOS, L. K. dos; OLIVEIRA, J. E. (ed.). **Os agricultores Guarani e a atual produção agrícola na terra indígena Tenondé Porã**: município de São Paulo. São Paulo: PMSP; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, 2020.
- SCHMITZ, P. I.; GAZZANEO, M. “O que comia o Guarani pré-colonial”. **Revista de Arqueologia**, v. 6, p. 89–107, 1991.
- SENATSVVERWALTUNG, S. und U. (ed.). **Das bunte Grün**: Kleingärten in Berlin. Berlin: Medialis, 2012.
- SILVA, A. B. **O aldeamento jesuítico de Mboy**: administração temporal (séc. XVII-XVIII). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- SILVA, T. K. da. **Leberecht Migge**: as fronteiras do paisagismo em tensão na Alemanha (1902 - 1927). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- SOMEKH, N. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador**. São Paulo: Editora Mackenzie, Romano Guerra, 2014.
- TAKEUCHI, M. Y. A diplomacia brasileira diante da imigração japonesa (1897-1942). **Estudos Japoneses**, n. 28, p. 99–112, 2008.

TANIGUTI, G. T. **Cotia**: imigração, política e cultura. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

TOLEDO, B. L. de. **São Paulo, três cidades em um século**. São Paulo: Cosac Naify : Livraria Duas Cidades, 2004.

VERAZANI, K. S. **Assenhorear-se de terras indígenas**: Barueri - séculos XVI-XIX. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

WUNDERLICH, F. **Farm Labor in Germany, 1810-1945**. Princeton: Princeton University Press, 1961.

ZENHA, E. A colônia alemã de Santo Amaro. **Revista do Arquivo Municipal**, v. 16, n. 132, p. 46–164, 1950.

¹ Entre os grupos perseguidos temos a população indígena, capturada nos *Sertões* e mantida cativa nos aldeamentos. No contexto da Segunda Guerra Mundial sob o Estado Novo é notória a perseguição de descendentes de japoneses, alemães e italianos, proibidos de manter imprensa em seus idiomas. Há também no território de Parelheiros diversos terreiros de religiões de matriz africana, tema que esta pesquisa não desenvolve, mas sem dúvida figura outro grupo de perseguidos.

² Santo Amaro foi erigida à vila em 1832 e manteve autonomia municipal até 1935, quando se tornou distrito da capital. A ideia de Sertão e suas dimensões variaram ao longo do tempo, mas os locais indicados para ocupação da colônia alemã coincidem com os limites administrativos de Parelheiros.

³ A servidão foi abolida completamente na Prússia apenas em 1810, porém a legislação para o campesinato ainda era extremamente severa e diversos decretos especiais regulamentavam o trabalho agrícola com o propósito expresso de permitir a continuação de muitos costumes senhoriais que a libertação dos vínculos do camponês com a terra pretendiam abolir (Wunderlich 1961).

⁴ Ver (SILVA, 2020) sobre propostas específicas desse tipo de parcelamento agrícola. De modo geral, os *Kleingärten* e *Schrebergärten* surgiram de crises de abastecimento nas cidades germânicas desde meados do século XIX e hoje constituem tipologias de parcelas arrendáveis para uso exclusivo hortícola e práticas de jardinagem.

⁵ Notadamente não consideram a adaptação dos cultivares, do saber-fazer como questão desmobilizadora.

⁶ Segundo Berardi, em 1847 permaneciam na colônia apenas nove famílias de descendência alemã: “A colônia ficou sem qualquer intérprete; ninguém deu as ferramentas, sementes e animais domésticos, prometidos para serem pagos em dinheiro ou em espécie. Das próprias datas de terra os colonos não receberam títulos definitivos que os tranquilizassem quanto à posse legítima dos terrenos.” (BERARDI, 1981, p. 55-56) As famílias que permaneceram alcançaram algum prestígio indicado em nomes de ruas, de comércios, etc..

⁷ Restrinjo-me ao contrato de imigração de formação pioneira da colônia. Há outros casos, de imigração alemã para a Província de São Paulo em meados do século XIX, que o destino foi semelhante: fazendas de café do interior, como substitutos da mão de obra escravizada.